

ESTRATÉGIAS MERCANTILISTAS PARA FORMAÇÃO DOCENTE

MERCANTILIST STRATEGIES FOR TEACHER TRAINING

Rudervania da Silva Lima Aranha 1
Selma Suely Baçal de Oliveira 2

Resumo: O artigo descreve como a lógica do mercado tem penetrado na formação docente, e evidencia-se a execução dos programas da Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica Vivo, que se inseriram na formação continuada dos professores. As contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético guiaram o percurso da análise documental. Desse modo, se observa a materialização do financiamento das ações do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus, compreendido como uma política pública inserida no bojo da educação pública, que incorporou as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, garantindo a mercadorização da formação de professores da educação básica. Os resultados mostram a naturalização de que tudo que envolve a educação pública pode e deve ser convertido em bens e produtos comercializáveis. Nessa análise, as implicações do sistema de parceria público-privada na educação, executada pelos acordos, convênios e contratos com o ente público, corresponde à lógica privatista.

Palavras-chave: Mercadorização da Formação Docente. Sistema de Parceria Público-privada na Educação. Educação Básica.

Abstract: The article describes how the logic of the market has penetrated teacher training, and highlights the implementation of programs by Fundação Itaú Social and Fundação Telefônica Vivo, which were inserted in the continuing education of teachers. The theoretical-methodological contributions of historical-dialectical materialism guided the path of document analysis. In this way, it is observed the materialization of the financing of the actions of the Expansion and Educational Improvement Project of the Public Network of Manaus, understood as a public policy inserted in the bulge of public education, which incorporated the guidelines of the Inter-American Development Bank, guaranteeing the commodification of the training of basic education teachers. The results show the naturalization that everything involving public education can and should be converted into marketable goods and products. In this analysis, the implications of the public-private partnership system in education, carried out by agreements, agreements and contracts with the public entity, correspond to the privatist logic.

Keywords: Commodification of Teacher Training. Public-Private Partnership System in Education. Basic education.

-
- 1 Graduada em Pedagogia pela (UFAM), Mestre em Educação (UFAM). Doutora em Educação (UFAM). Professora na SEMED/Manaus e Integrante do Grupo de Pesquisa - GEPPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3340541920535518>. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7111-0720>. E-mail: rudervania.aranha@gmail.com
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação (USP). Graduada em Pedagogia (UFAM). Professora na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e líder do Grupo de Pesquisa - GEPPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5050471052673175>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6765-4568>. E-mail: selmabacal@ufam.edu.br

Introdução

O caminho da investigação

Ao examinar as contradições que envolvem o contexto reformista do Estado brasileiro, particularmente a partir dos anos de 1990, e os reflexos nas políticas públicas para a educação nacional, que permitiram novas formas de participação da sociedade civil nas decisões das políticas sociais. Desse modo, observa-se que a mudança preconizada na redefinição da política pública educacional do município de Manaus, reflete a ideologia neoliberal, visto que expressam estratégias privatizantes e ideológicas que compõem as relações de poder e se beneficiam nesse processo, atribuído pelo ritmo do capital financeiro internacional, ou seja, a fusão do capital bancário com o capital industrial. Nesse sentido, este artigo permite refletir sobre o fato de que esses representantes formulam sistematicamente essas ideologias, em função dos interesses da classe.

Nessa perspectiva, a concepção apresentada por agências financeiras multilaterais soa como se essas redefinições educacionais fossem suficientes para o homem realizar a apropriação do conhecimento e provocar mudanças na sua prática social. Trata-se de tema de forte conotação ideológica, que tanto no passado como atualmente, tem merecido entender sua essência, não apenas para operar a sua crítica, mas, antes e sobretudo, para compreendê-la na sua totalidade e no seu conteúdo, que somente pode ser apreendida em sua complexidade, através de ferramentas teóricas que possibilitem interpretar e explicar esse processo na educação.

A trajetória de consolidação da educação pública brasileira no século XX e XXI tem sido “determinada por forças que ora incentivam o crescimento do setor público, ora do setor privado, ora de ambos” (CUNHA, 2007, p. 810) e se forma como um processo prolixo e oposto. Com essa perspectiva, considera-se que a materialização dos acordos, convênios, consultorias, e etc., entre o setor público e o setor privado (inter)nacional na educação, ocultam interesses hegemônicos do grande capital de forma disfarçada e camuflada para legitimar seus projetos e programas, como, por exemplo, o acordo de empréstimo externo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) para o financiamento das ações do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM).

Percebe-se, desse modo, que a presença das organizações privadas na educação pública municipal, apresenta uma crescente sofisticação de concepções pedagógicas, delineando novos horizontes para a rede pública municipal de ensino e funcionando como uma atividade organizativa que, em Manaus, se efetiva na educação básica.

Nesse sentido, pesquisas sobre questões relativas à reforma do Estado e da educação provenientes desse período de crescente mercantilização da educação e de políticas neoliberais que possibilitam a consolidação do sistema de parceria público-privada na educação são realizados por Adrião e Peroni (2019); Evangelista e Shiroma (2014); Krawczyk (2000); Neves (2002; 2005); Saviani (2019) entre outros, e evidenciam as propostas de descentralização e de flexibilização das atividades administrativas do Estado e seus desdobramentos para os setores de políticas sociais e educacionais.

Verificou-se que as implicações do sistema de parceria público-privada na educação, ou seja, a esse funcionamento distorcido de parceria público-privada que mercantiliza a educação, considera-se nesse artigo como sistema de parceria público-privada na educação, que até então se inseriram nas atividades da educação básica como transporte, merenda e serviços de limpeza, atualmente alcançam a atividade fim no ensino, que se materializam nos acordos, convênios, consultorias, tecnologias educacionais e nas ofertas dos seus produtos que são comercializados entre setor público e organizações privadas na educação pública. No entanto, observam-se poucas produções que investigam o repasse de recursos públicos às empresas privadas e suas implicações, assim, percebe-se a necessidade de uma maior apreensão acerca da utilização do fundo público.

O ponto de partida são as implicações do acordo de empréstimo externo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) para o financiamento das ações do PROEMEM. Nesse sentido, aponta-se para o rigor teórico necessário para superar a aparência e este ponto de partida deve caminhar com a compreensão da realidade.

Com objetivo de caracterizar a situação atual da educação pública municipal de Manaus/AM, constatou-se que seria necessário levantar diversas fontes empíricas. As primeiras aproximações

para caracterizar as estratégias mercantilistas exigiram a análise dos dados sistematizados nos documentos oriundos ao acordo de empréstimo externo entre o BID e a PMM, disponibilizados anualmente no endereço eletrônico do BID. Esses dados possibilitam verificar possíveis desdobramentos funestos para a educação municipal, na qual o setor privado está atuando. Ao todo, foram selecionados 44 documentos no endereço eletrônico do BID de 2013 até 2021. Parte da premissa de que o objeto já existe na totalidade com determinadas características. Para conhecer e analisar este todo da materialidade do acordo do empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM), e suas consequências para educação pública municipal, urge, primeiro, torná-lo claro e explicá-lo no sentido de não tomar o imediato como realidade, pois a dialética não é um método reducionista, “é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais, partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 2011, p. 32).

De fato, para Marx (2011, p.61), há um nível das determinações essenciais e todos os estágios da produção, há determinações comuns fixadas pelo pensamento como universais; “mas as assim chamadas condições universais de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção”. Momento essencial ou abstrato, é, para Marx, o mesmo. O nível da abstração não é o nível histórico-concreto do real, não quer dizer que o abstraído analiticamente seja irreal, além disso, a essência se encontra num plano mais profundo, e o que aparece é o superficial: “Essa é a aparência, apenas a aparência [...]. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais” (MARX, 2011, p. 54). Eis aí, como afirma Saviani (2019, p. 111): “a característica da sociedade atual: uma sociedade de mercado, burguesa, capitalista. Capitalista porque os meios de produção foram concentrados na forma de capital”.

O marco histórico deste artigo é definido a partir das especificidades do final do século XX, e se deve principalmente em razão das reformas neoliberais para educação que vieram a ser adotadas a partir dos anos de 1990 até os dias atuais. Essas reformas iniciaram-se com compromissos assumidos pelos governos de diferentes países e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A partir desse movimento, a educação passou a ser tema central das reformas políticas e econômicas, sendo “fortemente direcionadas, tanto na definição de suas prioridades quanto de suas estratégias, pelas orientações dos organismos internacionais financiadores” (KRAWCZYK, 2012, p. 347).

Em síntese, a reforma educacional é uma ação delineada em escala sistemática, da qual o conteúdo dependerá das circunstâncias históricas e locais. Torna-se evidente que muitas reformas têm uma dimensão doutrinária, que propagam uma visão sobre o papel do Estado na promoção de um novo modelo de formação, para uma nova conjuntura social e econômica. Estas orientações, refletidas nas recomendações políticas de diversas agências internacionais, mostram como as organizações internacionais financiadoras, principalmente o BID, se encarregam da transmissão de normas e ideologias educacionais por meio dos diversos canais do sistema internacional.

Observa-se assim, um movimento hegemônico no campo educativo, pois numa sociedade de base capitalista em que se vive hoje, as pedagogias hegemônicas correspondem aos interesses da burguesia, já que essa ocupa a posição de classe dominante, e aos interesses dominados situando-se, no movimento contra-hegemônico, ou seja, as pedagogias contra-hegemônicas correspondem aos interesses do movimento operário e do conjunto dos trabalhadores despossuídos. Além de utilizar alguns dados estatísticos, também foram consultados documentos relativos à materialização da expansão das organizações privadas hegemônicas na educação municipal, onde se apresentam as informações sobre a Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica Vivo.

A escolha dessas organizações privadas tem a ver com a sua atuação na formação docente da rede municipal, e com a disponibilidade de informações encontradas em seus relatórios anuais, no Diário Oficial de Manaus, na página oficial da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, entre outros documentos. Além dessas fontes, documentos que se referem às políticas educacionais como legislações, resoluções, decretos, relatórios, normativas e outros. Esses documentos contribuíram para definir o contexto de estratégias mercantilistas no ensino. Do ponto de vista metodológico, a análise documental priorizou o cruzamento permanente de fontes internas diversas. Assim, fundamenta-se nas ponderações de Evangelista (2008), ao evidenciar

que trabalhar com documentos, deve-se considerar o resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana.

O processo de mercadorização da Formação Docente na rede pública municipal

A concepção presente nos documentos BID, investe na produção de um consenso que aponta legitimar a obrigação dos recursos financeiros, objeto do contrato de empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus, nos padrões internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O empréstimo externo com BID, faz parte de um estratagema maior do capital para a formação das camadas subalternas em que estão envolvidas, inúmeras organizações privadas, que, por exemplo, “objetivava propiciar la inclusión social en el sector prioritario de educación [...] reducción de la pobreza y aumento de la equidad social”. (BID, 2014, p. 6).

Assim, a política privatista consolidada pelos acordos, contratos e convênios vem acompanhada de um reforço da aparência, a fim de diluir as distinções entre o público e o privado, “a relação público-privada tem como concepção, não apenas a propriedade, mas os projetos societários em disputa em uma perspectiva de classe” (CAETANO; PERONI, 2019, p. 101). Pois, é no interior desse movimento que se manifestam, historicamente, tanto nas relações de dominação ou de dependência quanto nas relações de resistência. “Toda história política tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre classes dominantes, nos diferentes estágios do desenvolvimento social” (MARX; ENGELS, 1998, p. 46). O que se pode averiguar é que, essas relações entre o público e o privado estão mediadas pelas doutrinas ou ideologias voltadas para a formação de consensos, na dinâmica das relações econômicas de exploração.

Entende-se que o fenômeno da incorporação da lógica do mercado na educação pública municipal efetivada pelo sistema de parceria público-privada na educação revela-se com mais nitidez em conjunturas marcadas pela globalização econômica, pela hegemonia do pensamento político neoliberal, pelo fortalecimento das aplicações tecnológicas e informacionais nas relações sociais, frente às constantes pressões do setor econômico por reformas do Estado e por redefinição das políticas sociais e educacionais. Nesse contexto, tem se manifestado a crescente valorização do mercado como regulador das relações sociais, que se constitui como parâmetro de qualidade destinado a organizar o funcionamento do setor público, o que tem se refletido em novos ordenamentos para a educação nacional, enquanto ação de política pública social.

No entanto, é importante entender o que está posto para além das evidências apresentadas pela estrutura contraditória desse fenômeno, que ampliaram as antíteses e contradições historicamente marcantes na consolidação da educação pública no cenário nacional. Esse sistema de parceria público-privada é amparado por leis e normativas que regulamentam as parcerias, convênios e acordos políticos entre os setores públicos e privados e legitimam diferentes formas de privatização do setor público. Essa perspectiva tem se fortalecido com base numa nova justificativa ético-moral e política privatizante que se revela no projeto moderno de organização da educação dos países capitalistas.

Com o estabelecimento de convênios e contratos de empresas, bancos, fundações e instituições com o setor público, a lógica do mercado vai permeando a forma de organizar a educação pública municipal em todo país, sendo que o mercado educacional, com seus produtos, serviços e tecnologias se destaca por comercializar com os administradores da educação pública municipal as supostas vantagens da expansão e melhoria da qualidade educacional. A expansão relacionada à construção de unidades escolares e a ideia de melhoria da qualidade da educação comercializada pelo mercado está associada à aquisição dos produtos, serviços e tecnologias definidos como “ações inovadoras para elevar a qualidade da educação” (BID, 2014, p. 10).

De acordo com o documento do PROEMEM (2013) o objetivo do acordo de empréstimo externo entre o BID-PMM é a realização de uma profunda reforma na rede municipal de ensino, atuando sobre a formação docente e beneficiando o setor de construção e a aquisição de equipamentos e consultorias, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Proposta de ações para a implementação do PROEMEM.

AÇÃO	OBJETIVO
Aperfeiçoamento da Qualidade na Educação Básica	O objetivo deste componente é melhorar o rendimento e o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de ensino por meio do aprimoramento da qualidade da educação no Ensino Fundamental e Educação Infantil. Ações previstas: Contratar consultoria para desenho de proposta pedagógica para todo o ciclo de Educação Básica; Aperfeiçoar e expandir a cobertura do Programa de Aceleração da Aprendizagem – Voando para o Futuro – voltado para a correção de fluxo de alunos do Ensino Fundamental com alta distorção idade-ano; Apoiar o fortalecimento e a expansão do Projeto Tempo de Superação, voltado ao reforço escolar para alunos com baixo desempenho no EF; Desenvolver e implantar projetos inovadores no ensino das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática para alunos do EF; Adquirir e distribuir materiais didático-pedagógicos para os CMEI e as EMEF; Fortalecer as competências e habilidades dos docentes, gestores e profissionais da área administrativa por meio do desenho e da implantação de atividades de formação continuada e de disseminação e intercâmbio de boas práticas pedagógicas; Contratar consultoria para apoiar 100 escolas da rede municipal, incluindo todas as unidades construídas com recursos do presente Programa, no desenho (ou redesenho) de seus projetos político-pedagógicos; Contratar consultoria para desenhar um projeto especial de educação para mulheres, notadamente aquelas que têm filhos e/ou trabalham.

Fonte: Elaboração própria, com dados do PROEMEM, 2013.

No Quadro 1, é observado que o processo de implementação das ações do PROEMEM, atende às condicionalidades internacionais, o acordo BID-PMM, aponta para um só caminho, no qual “o sistema educacional precisa passar por uma reforma visando qualificar melhor as pessoas para enfrentarem um mundo mais competitivo, mais afinado com o mercado” (MAUÉS, 2003, p. 91). Desse modo, o processo desencadeador da política educacional municipal em que as ações do PROEMEM foram implementadas, possibilita a institucionalização de interesses privados no espaço escolar público, contou com a participação de profissionais da educação pública municipal, atuantes na rede de ensino de Manaus, que desde os anos de 2013, passaram a estudar e definir essa forma de sistema de parceria público-privada como meio de organizar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Nesse processo, houve uma crescente naturalização da aplicação do investimento de recursos públicos municipais destinados à contratação e pagamento de serviços e produtos do mercado educacional e a utilização destes, nas escolas públicas da rede pública municipal de Manaus. A ocorrência de fatores relacionados à desregulamentação da legislação educacional nacional e municipal tem normatizado um quadro legal e institucional par garantir a elevação de empreendimentos de interesse do mercado no interior de escolas públicas. Essa realidade tem sido possível, entre outros fatores, devido à centralidade que a educação escolar tem no quadro constitutivo da política educacional. Inserida que está no marco das políticas sociais em que predominam o caráter instrumental, focalizado e subordinado à lógica economicista internacional (KRAWCZYK, 2012, p. 89).

Conforme observado no Quadro 1, para a execução da ação intitulada Aperfeiçoamento da Qualidade na Educação Básica, a Prefeitura Municipal de Manaus no ano de 2015 firma convênio com a Fundação Itaú Social (FIS), para a implementação do Programa de Tutoria Educacional que,

conforme o documento Guia de Tutoria de Área, define a tutoria como uma metodologia de formação em serviço, realizada no cotidiano da escola, pelo tutor, com o tutorado (professor), para desencadear o processo de aprendizagem, buscando agregar novos conhecimentos, de caráter prático e modelar com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes. O referido documento apresenta os princípios da tutoria, cuja rotina de trabalho do tutor se pauta em alguns princípios tais como: aprendizagem na prática, parceria, customização, protocolos e combinados, intencionalidade e transparência, foco na aprendizagem dos alunos (FUNDAÇÃO ITAÚ, 2010).

Para o BID, investir na capacitação e acompanhamento do professor para o melhor desempenho dos estudantes é comprovada no documento do PROEMEM, “desde que seja possível dotar esses profissionais de um papel mais ativo na formação continuada e no monitoramento regular dos professores” (BID, 2013, p. 13).

O Programa de Tutoria Educacional (PTE) é um programa da Fundação Itaú Social, que traz os fundamentos das mudanças para contribuir com a melhoria da educação brasileira: A Reforma Educacional de Nova York: Possibilidades para o Brasil e Escolas Charter no Brasil: A Experiência de Pernambuco. Esses fundamentos correspondem com as diretrizes do BID que pregam a descentralização da gestão escolar e a centralização dos sistemas de avaliação, a autonomia vigiada da comunidade escolar (diretor, professor e estudantes) por mecanismos de responsabilização e controle, operacionalizados por testes de desempenho dos estudantes. A comercialização de produtos, serviços e tecnologias das organizações privadas adquiriu centralidade com a efetivação do financiamento das ações do PROEMEM na rede pública municipal, especificamente no âmbito da formação docente.

Desse modo, questiona-se sobre o que representa essa política do acordo de empréstimo externo e como se dá a relação com o conhecimento sistematizado na escola pública sob a perspectiva das organizações privadas hegemônicas, buscando entender o papel dos profissionais da educação nesse processo. A aceitação dessa lógica fortalece uma nova justificativa ético-moral e política privatizante no projeto moderno de educação, e reforça a predominância do interesse das organizações privadas no setor educacional e esta se impõe sobre o interesse público e estatal.

A Fundação Itaú Social e a Fundação Telefônica Vivo: a hegemonia das organizações privadas na educação

Entende-se que a formação continuada de professores compõe uma das modalidades pelas quais o setor privado adentra ao público. Tal proposição remete à forma de ação do BID no município de Manaus, financiando a entrada de organizações privadas na formação docente como estratégia de convertimento dos professores às atualizações do projeto do capital. Assim, constata-se o assinalado por Maués (2020, p. 102): organismos internacionais como OCDE, UNESCO e Banco Mundial tem se voltado para a questão da formação docente e do papel que esse profissional desempenha no processo de ensino e aprendizagem.”

Constata-se que a entrada das organizações privadas, na formação docente, aprofunda a privatização na educação básica das mais variadas formas. Inclusive, diante da inserção da fração empresarial na educação, por meio do sistema de parceria público-privada. Shiroma e Evangelista (2014, p. 32): “indicam que há um empenho de grupos empresariais organizados em redes para interferir nos rumos da Educação, cujo projeto geral é reformar a educação”.

Assim, a lógica privada tem penetrado na formação docente no município de Manaus, e evidencia-se a execução das ações da Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica, que venderam produtos, serviços e tecnologias educacionais e se inseriram na formação continuada dos professores do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Manaus. O Quadro 2 apresenta o ano de implantação e o serviço adquirido no acordo firmado com essas fundações, que atuam na formação docente.

Quadro 2. Organizações privadas que atuam na formação docente no período de 2015 a 2021.

ANO DE IMPLANTAÇÃO	OPH	SERVIÇO
2015	Fundação Itaú Social	O Programa de Tutoria Educacional (PTE) desenvolve a formação continuada em serviço dos professores em estágio probatório e das equipes gestoras nas unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação (SEMED)
2017	Fundação Telefônica VIVO; Fundação Bancária La Caixa; Fundação Vitória Amazônica (parceira executora).	Projeto Aula Digital ProFuturo envolve a formação para professores do Ensino Fundamental, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e técnicos da secretaria para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria, com dados do Diário Oficial do Município de Manaus (DOM).

Entende-se que o sistema de parceria público-privada executado a partir do acordo de empréstimo externo entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus para a formação continuada dos docentes, converge com os ajustes delineados por organismos privados. Nesse contexto, os professores tornam-se estratégicos como propagadores da nova pedagogia da hegemonia (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014), na qual a formação continuada na rede pública municipal de Manaus passa a ter outro sujeito coletivo na sua condução.

Constata-se que o setor privado adentra ao público por meio da formação docente, utilizando-se de variadas estratégias, por exemplo, a venda de produtos em conjunto com o serviço oferecido aos professores, pelo argumento da responsabilidade social empresarial com a educação pública, em que contrata outros parceiros para a formação docente, como é o caso da Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica Vivo, que em outras palavras, a venda do produto vem com todo o pacote para o cliente.

Segundo seu Estatuto Social, a Fundação Itaú Social (FIS) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Itaúsa. Ao analisar a missão à qual se propõe, a FIS expõe de forma clara e precisa, que seu campo de alcance pretendido é a educação pública. A Fundação, a partir do pressuposto de que a sociedade civil organizada tem a responsabilidade de envolver-se com a sociedade em que está inserida, procura desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira. A FIS, ao expor sua visão em sua *home page*, coloca-se como polo de desenvolvimento educacional articulador, agregador e produtor de conhecimento, para a consolidação da educação e da proteção de toda criança.

Desse modo, a missão e visão da Fundação Itaú Social (FIS) vai ao encontro do que afirma Montañó (2010, p. 224): “encobrir e gerar a aceitação da população a um processo que [...] tem clara participação na estratégia atual de reestruturação do capital”. Assim, em sua *home page*, a Fundação Itaú Social apresenta duas linhas de atuação, nomeadas de Pilares. O primeiro pilar, Formação de Profissionais da Educação e o segundo Fortalecimento da Sociedade Civil. Sobre o pilar da Formação de Profissionais da Educação, está estruturado em 6 programas: Letras e Números; Escrevendo o Futuro; Apoio a Bibliotecas Comunitárias; Melhoria da Educação; Monitoramento e Avaliação; e Pesquisas. O segundo Pilar, Fortalecimento da Sociedade Civil, organiza-se em 9 programas: Comunidade; IR Cidadão; Leia para uma Criança; Missão em Foco; Monitoramento e Avaliação; Pesquisas; Programa Itaú Social UNICEF; Redes de Territórios Educativos; e Voluntariado.

No ano de 2015, foi assinado, por meio do Termo de Convênio n.º 12/2015, entre a SEMED/Manaus e a Fundação Itaú Social (FIS), com objetivo de definir estratégias e análises necessárias à implementação de soluções educacionais para o enfrentamento das questões relativas à

Educação Infantil e ao Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, através da implantação do Programa de Tutoria Educacional (PTE), que está na linha de atuação Formação de Profissionais da Educação do programa de Melhoria da Educação da FIS. Nota-se que o produto denominado PTE vem com o pacote completo, o de treinar os professores para fazer uso desse programa, além de os acompanhar nas práticas de ensino, com apoio técnico do CIEDS, o que já nos remete à prática de *coaching*, presente no acordo de empréstimo selado entre a BID-PMM.

Diante desse contexto, as políticas educacionais dirigidas por esses organismos privados modificam o trabalho, a formação e a carreira docente, e “aos professores resta consumir os produtos do aquecido e rentável mercado” (SARTI, 2012, p. 325). Nos documentos analisados produzidos pela SEMED/Manaus, referente ao Programa Tutoria Educacional (PTE), foi verificado o seguinte enunciado em todos os documentos coletados:

Conteúdo desta atividade EAD faz parte da metodologia desenvolvida pelo programa Melhoria da Educação, uma iniciativa Fundação Itaú Social com a parceria técnica do CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável. Todos os materiais citados são de uso no Programa, da Fundação Itaú Social e do CIEDS (SEMED, 2020).

A partir do exposto, pode-se demonstrar a inter-relação presente nos documentos nacionais, oriundos das organizações privadas, enquanto evidenciam a centralidade na formação docente para resolução dos problemas educacionais, melhoria do desenvolvimento do país e redução das desigualdades sociais. Essa é a justificativa para orientar a entrada dessas organizações privadas na formação de professores da educação básica.

Confirma-se, portanto, que o mercado adentra a escola pela lógica da produção, projetando a manutenção da hegemonia e o conformismo em torno da forma de atuação da fração burguesa hegemônica. Assim, evidencia-se a organicidade das ações dos mais variados entes privados, na tentativa de consolidar uma política para a educação pública e na criação de um nicho de mercado a ser adquirido pelo Estado.

No mesmo caminho, a Fundação Telefônica Vivo traz em seus programas elementos fundamentais para a consolidação da lógica do mercado para a educação pública municipal. A Fundação Telefônica Vivo é uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede localizada em São Paulo (SP), instituída no ano de 1999, e mantida pela Telefônica Brasil S/A (Vivo) e pela Fundação Telefônica da Espanha. A Fundação Telefônica Vivo, em sua *home page*, expõe, de forma explícita, sua visão por “um Brasil justo, com cidadãos protagonistas e digitais” e com a missão de criar “oportunidades de desenvolvimento para educadores, jovens e crianças enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo, por meio de projetos de educação, empreendedorismo e voluntariado”. A Fundação Telefônica Vivo ainda apresenta que, seu foco, são os projetos voltados principalmente para educadores e estudantes e para “a formação e fluência digital de educadores, na inovação da prática pedagógica e na difusão da cultura do empreendedorismo social e do ensino de programação”.

O Projeto Aula Digital, objeto dessa investigação, é um dos projetos do ProFuturo, Programa de Educação Global da Fundação Telefônica Vivo e da Fundação “La Caixa”. Segundo informações da Fundação “La Caixa”, o Projeto foi lançado no Brasil, no dia 20 de abril de 2017, na cidade de Manaus, sendo a primeira cidade brasileira a receber o Projeto Aula Digital, com o objetivo de “apoiar a rede municipal de ensino e contribuir na aprendizagem e no desenvolvimento de mais de 57 mil crianças e de 2.100 educadores” (FUNDAÇÃO BANCÁRIA LA CAIXA, 2019, p. 6). Segundo o documento, o município de Manaus foi contemplado por ser “a terceira maior rede municipal de ensino do Brasil em estrutura e, devido sua geografia, comungar com um dos objetivos do Aula Digital que é atingir os alunos que habitam em áreas mais remotas” (FUNDAÇÃO BANCÁRIA LA CAIXA, 2019, p. 6).

Um dos pilares de atuação da Fundação Telefônica Vivo é investir na formação continuada dos educadores, apostando na fluência digital e na inovação da prática pedagógica. A estrutura do Projeto Aula Digital junto às escolas, está alicerçada em quatro pilares: formação; acompanhamento na escola ou formação em serviço; equipamento tecnológico e conteúdos pedagógicos digitais. A formação no Projeto Aula Digital em Manaus é executada pela Fundação Vitória Amazônica, denominado parceiro executor pela Fundação Telefônica Vivo e ocorre de maneira presencial e em serviço para docentes, coordenadores pedagógicos, diretores das escolas envolvidas, com

carga horária de dez horas, sendo oito horas na formação presencial e duas horas ocorre no acompanhamento dos formadores do parceiro local. Nas escolas, esta carga horária é o padrão para cada formação ocorrida.

Estratégias mercantilistas para professores da educação básica

As estratégias mercantilistas na condução da formação continuada de professores da rede pública municipal de Manaus são os Acordos estabelecidos para o sistema escolar da rede municipal de ensino, cita-se como exemplo a implementação dos projetos: Tutoria Educacional, Aula Digital, Escolas Conectadas, Escola Digital, entre outros já citados. Antes é necessário evidenciar que a Fundação Telefônica Vivo é uma das mantenedoras do Movimento Todos pela Educação (PTE). Faz-se necessário destacar a importância do Todos pela Educação na formulação das políticas para a educação básica, assim, de acordo com Oliveira e Barros (2015): “o movimento constituiu-se na materialização, via educação escolar, da hegemonia neoliberal, na construção da nova sociabilidade capitalista no espaço nacional” (p. 165).

Cabe revelar a aproximação entre o BID e do Todos pela Educação, pois, segundo relatório de atividades do Todos pela Educação, no ano de 2013, o movimento em conjunto com o BID cria a Rede Latino-Americana pela Educação (REDUCA) e o observatório do Plano Nacional de Educação, junto com outras instituições. A Fundação Telefônica Vivo também integra o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O GIFE é uma organização que se autodeclara como sendo sem fins lucrativos e que “reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública” (CASIMIRO, 2018, p. 129), ou seja, o GIFE é um importante veículo de representação da burguesia.

Percebe-se a atuação direta desse intelectual orgânico na educação básica, vários são os projetos educacionais, para além do Aula Digital, objeto dessa investigação, são apresentados no Informe Social 2020 (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2020, p. 8). Assim, chama atenção os projetos voltados para à formação continuada de professores da Educação Básica através de plataformas digitais gratuitas: Escolas Conectadas, Escola Digital e Trilhas, as ações desses projetos é a *Formação Docente On-line*, que “passamos a oferecer 19 novos cursos sobre uso das tecnologias digitais na educação ampliando temas de interesse dos professores” (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2020, p. 16). No cenário das implicações da pandemia causada pelo Sars-Cov-2, iniciativas vêm sendo tomadas no sentido do distanciamento social, aplicação de atividades remotas e plataformas digitais. De acordo com Lamosa (2020), “para o empresariado brasileiro a crise por pandemia do novo coronavírus é uma janela de oportunidades para novos negócios” (p. 33).

Nesse sentido, segundo o Informe Social da Fundação Telefônica Vivo, em 2020 os impactos da pandemia da Covid-19 foram imensos. Cientes de nossa responsabilidade como articuladores pela educação e seguindo nosso compromisso com a inovação educativa, ampliamos nossas iniciativas nas plataformas digitais, mantendo o apoio à formação continuada dos educadores e o engajamento de pais e alunos com o aprendizado quando mais precisavam. Em um momento como esse é necessário fazer ainda mais, estendendo nosso apoio e suporte aos que precisam. Por isso, realizamos ações humanitárias e mobilizamos os colaboradores da Vivo para ações voluntárias de apoio à sociedade. (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2020, p. 12).

Nesse Informe Social 2020, apresentam-se os dados quantitativos da abrangência do projeto Aula Digital, implementados nos estados do Amazonas, Goiás, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul, sendo: 51 municípios, 1.078 escolas e 4.293 professores formados nos cursos *on-line*. Portanto, ocorre a inserção das tecnologias digitais na escola, formando tanto os professores quanto os estudantes, para consolidar o projeto capitalista na atualidade, que estão em sintonia com as diretrizes dos organismos internacionais, como o BID, Banco Mundial e a OCDE, no sentido de adequar a formação da força de trabalho para as novas exigências do capitalismo. “Entre elas estão a competência socioemocional e habilidade com tecnologias digitais [...] que já estavam colocadas pela nova fase do capitalismo” (LAMOSA, 2020, p. 44).

De acordo com Relatório (2019), a formação teve como foco o papel do professor na educação do século XXI, relacionados à gestão inovadora, aos ambientes de aprendizagem, papel do professor e orientações para manuseio dos equipamentos e conteúdos pedagógicos na plataforma

ProFuturo, para uso nas aulas dos professores, visando “promover o desenvolvimento social e, mais diretamente, a melhoria da qualidade da aprendizagem no Município de Manaus” (SEMED, 2019, p. 2). A Maleta Digital, trata-se de um kit Tecnológico do Projeto ProFuturo Aula Digital, composto por notebook, trinta e quatro tabletes, um mini projetor, *no break*, filtro de linha, concentrador de carga, roteador (rede interna), tela de projeção, cadeados, cabo Universal Serial Bus (USB) fêmea e *pendrive*.

O notebook atua como servidor da plataforma de formação continuada com os conteúdos disponíveis distribuídos em sete áreas distintas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Tecnologia, Princípios para uma Vida Saudável, Maneiras de Pensar e Agir e Cidadania. Assim, os professores têm acesso ao computador da maleta digital e ao material construído pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) para utilizar nas aulas com os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Conforme o material orientador dos conteúdos da plataforma de formação, o estudo da língua portuguesa, dentro do programa ProFuturo, foi organizado em três grupos de atividades, distribuídos em 16 unidades: 8 unidades temáticas – conjunto de atividades interligadas a um assunto central em torno do qual as práticas de linguagem vão se desenvolver. O componente curricular de Matemática é formado por 16 unidades divididas em 4 temas: Números Naturais, Cálculo Mental, Espaço e Forma, Grandezas e Medidas. No material norteador dos conteúdos são disponibilizadas várias sugestões de atividades, para que o professor realize com os estudantes antes e depois das atividades propostas na plataforma que estão apresentadas em forma de jogos, imagens e uma sequência de atividades relacionadas a cada conteúdo.

O componente curricular de Ciências está estruturado em duas áreas: Ciências Naturais e Ciências Sociais. O componente curricular de tecnologia é formado por 4 unidades: Tecnologias na sala de aula; A história das máquinas e seus tipos; A comunicação ao longo dos tempos. Segundo o material norteador dos conteúdos da plataforma ProFuturo os conteúdos propostos na Plataforma ProFuturo estão estruturados e organizados em forma de indicações dos temas a trabalhar, com as habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como, sugere atividades para serem realizadas com os estudantes antes e após o uso das atividades propostas na plataforma, com uso da maleta digital, que é programada pelo professor com uso do roteador (rede interna), disponibilizada pelo projeto.

A aula é replicada nos tabletes para que os estudantes tenham acesso e possam interagir nos jogos, ouvindo histórias, tendo acesso a vídeos, respondendo as atividades propostas e escolhidas pelo professor para a sua turma. O professor, pedagogo e o diretor da escola têm acesso ao rendimento do aluno naquela atividade desenvolvida.

Um dos pilares do projeto Aula digital é a formação continuada e em serviço, desenvolvida pelo parceiro executor da Fundação Telefônica Vivo, no caso de Manaus, a Fundação Vitória Amazônica (FVA). O percurso formativo do projeto Aula Digital ocorre segundo o programa ProFuturo: 1. *Formação em serviço* com a intencionalidade de aprofundar com a elaboração das ações que acontecem na escola; 2. *Formação continuada* que são oficinas presenciais para a utilização da maleta digital; 3. *Planos de ação* elaborados pelos professores durante a formação continuada, com ações e conteúdos digitais que se integram ao currículo escolar, com as seguintes temáticas: *Inovação Educativa, Gestão Inovadora, Gestão Participativa, Espaços Diferenciados, Papel do Professor e Personalização*. Estas formações ocorreram antes da chegada da maleta digital às escolas e foram oferecidas aos diretores, pedagogos e professores participantes do projeto, com o objetivo de estimular e acompanhar os professores para o uso de metodologias *inovadoras* de ensino e aprendizagem. Estas formações foram realizadas com uma carga horária de oito horas e duas horas de acompanhamento do plano de ação na escola (SEMED, 2019).

Observa-se que o projeto Aula Digital executa a formação com os professores com todo o seu material pronto, sem fazer um estudo local com a SEMED/Manaus e com os envolvidos nas escolas, para depois preparar as formações. Não foram verificados os conhecimentos prévios dos envolvidos até para definir o direcionamento das formações. Desta forma, a defesa em torno da melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental tenha sido utilizada como justificativa para a incorporação desse projeto na educação municipal, recorre-se a Goodson (2008, p. 29), para reforçar que: “ela encobre relações de poder subjacentes ou pelo menos evita

que alguém interfira nelas”. Nesse processo, “o professor é considerado como um transmissor do currículo definido por outras pessoas” (GOODSON, 2008, p. 34).

Na análise do relatório 2020, trabalho da pandemia da Covid-19, as formações do projeto Aula Digital aconteceram no formato *online*, oferecendo as seguintes ações formativas: 1. Curso Curadoria de Objetos Digitais de Aprendizagem, destinados aos professores; 2. *Coaching* - Aula em Casa, cujo objetivo é usar ferramentas educacionais, estratégias inovadoras para o ensino a distância e na construção de planos de aulas de matemática e língua portuguesa, utilizando os conteúdos ProFuturo. 3. Elaboração de Roteiros de Estudo – Escola Digital, com o objetivo de elaborar roteiros de estudos para os estudantes da rede pública, contendo 144 roteiros de aprendizagem a partir dos conteúdos disponibilizados na plataforma Profuturo; Planos de aula e objetos digitais de aprendizagem (SEMED, 2020, p.1-2).

Na relação entre SEMED/Manaus e Fundação Telefônica Vivo verifica-se que a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado entre as partes, o processo de implementação ocorreu sem questionamentos entre os diretores e os professores das escolas envolvidas, mesmo que a defesa em torno da educação de qualidade para o ensino fundamental tenha sido utilizada como justificativa para a incorporação dessa relação público-privada na educação municipal.

Observa-se que essa questão não se limita ao município de Manaus, pois, a política de cunho empresarial na educação pública tem adquirido centralidade nos últimos anos. Frigotto (2011) afirma que os ditames mercantis têm transformado a educação em mercadoria e garantido a diminuição do espaço público. Identifica-se que as ações previstas pela assessoria pedagógica, implantada pelo projeto Aula Digital, destinam-se a adequar os profissionais da educação municipal para melhor utilização da Maleta Digital, com encaminhamento de rotina para o uso da tecnologia nas escolas, ou seja, passando para a escola pública uma lógica operacional.

Fica clara a intensificação da atuação da Fundação Telefônica Vivo na educação a distância, visando uma formação continuada que, a partir de seus cursos e formações, garantam o consenso hegemônico desses trabalhadores, exercendo assim, um importante papel na difusão ideológica da classe dominante.

Assim, essa fundação visa disseminar as novas formas de educação a distância, tanto na formação do professor, quanto na formação do estudante. Já se torna possível perceber a aproximação no campo da educação a distância, porém, deixando claro seu público alvo: os professores, os estudantes e administrativos das escolas públicas. Os projetos são voltados para uma formação de professores, numa clara perspectiva empresarial da escola.

Conclusões

O acordo BID-PMM, expressa um processo contraditório, que neste caso, é indisfarçável sua condição de intelectual do capital, dada a iniciativa de exigências de condicionalidades, a cada empréstimo realizado, e, fundamentalmente, os aspectos ideológicos recorrentes na operação de crédito celebrada, que não deixam dúvidas quanto à identidade política da organização. Portanto, está evidenciado que a lógica mercantil prevalece orientando as políticas educacionais na capital amazonense. Essa realidade mostra que há muitos elementos que precisam ser estudados, para entender esse sistema de parceria público-privada, que se estabelecem na educação pública com os convênios, contratos, acordos e parcerias privadas, realizados nas escolas públicas

Observa-se que tem se materializado a mercantilização na organização e no funcionamento da educação pública municipal e ressalta-se a importância dada às questões inerentes à relação entre Estado e educação, diante do fato de que as políticas e diretrizes construídas para garantir as condições do atendimento escolar público, gratuito, democrático, laico, entendido como um direito social e um bem público, estão se dando na esfera dos interesses privatizantes, sendo concebida como mercadoria educacional. Essa relação entre Estado, mercado e educação tem uma trajetória histórica conflituosa, dado o antagonismo dos projetos de interesses públicos e privados que mantêm suas diferenças estruturais, políticas e ideológicas no cenário de consolidação da educação pública brasileira.

Entende-se que público e privado se expressam como polos opostos e se revelam nas contradições que emergem nos espaços das lutas de classes, por meio dos sujeitos histórico-sociais

em movimentos concretos. Significa entender sua essência, não apenas para operar a sua crítica, mas, antes e sobretudo, para compreendê-la na sua totalidade e no seu conteúdo, que somente pode ser apreendida em sua complexidade, através de ferramentas teóricas que possibilitem interpretar e explicar esse processo na educação. Assim, a mediação desse processo não é visível nos simples atos de troca.

A inserção dos programas de Tutoria Educacional e ProFuturo analisadas, mantém-se orientada pela lógica da Fundação Itaú Social e Fundação Telefônica Vivo, que tem seus fundamentos localizados nos princípios apresentados pela economia de mercado, em que os produtos e serviços dessas Fundações assumem a centralidade do processo de conhecimento e da busca por uma denominada qualidade da educação, configurando-se num processo fetichizado. O avanço do capital sobre a educação básica assume as mais variadas estratégias, e assim evidenciam-se a formação continuada de professores como uma delas.

Revelou, portanto, as estratégias mercantilistas na condução da formação continuada de professores da rede pública municipal de Manaus, financiadas pelas ações do PROEMEM, pois o sistema de parceria público-privada no âmbito da SEMED/Manaus, não se apresentam como inédito, no entanto, cabe apontar que foi a partir do acordo BID-PMM que se observou a expansão das Organizações Privadas Hegemônicas (OPH) na formação continuada dos professores da rede municipal de Manaus. Assim sendo, afirma-se que as implicações do sistema de parceria público-privada, influenciam diretamente na política educacional para a educação pública de Manaus, especificamente a formação docente, que traz no bojo, estratégias mercantilistas moldadas pela subserviência ao capital financeiro, estabelecendo seu terreno lucrativo no âmbito educacional e integrando-se ao processo de privatização da educação básica, que ameaça fortemente o processo da democratização da educação pública.

Referências

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (org.). Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Brasília: **Anpae**, 2019. 140 p. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/gestao-municipal-ayrton-sena.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BID. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO. **Informe General**: Evaluación intermedia de los compromisos del noveno aumento general de capital. [2013]. Disponível: <https://publications.iadb.org/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BID. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO. **Proyecto de Expansión y Mejoramiento Educativo de la red Pública Municipal de Manaus (PROEMEM)**. [2014]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1392>. Acesso em: 20. mar. 2020.

CAETANO, Maria Raquel.; PERONI, Vera Maria Vidal. Relação entre o público privado na educação: conceitos, sujeitos, relações. In: AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. **Neoconservadorismo e resistência**: dilemas da educação pública. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2019.

CUNHA, Luiz Antonio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 p. 809-829, out. 2007. Edição especial. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br.html>. Acesso em: 26 jul. 2019.

EVANGELISTA Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. Roteiro de trabalho do minicurso oferecido durante a 31ª Reunião Anual da **ANPED**, GT15, Educação Especial. Caxambu, out. 2008. Disponível em: <https://xdocs.com.br/download/olinda-angelista-apontamentos-2855zvw1k58x?hash=4e6111856e9303ed3552c7567bb23bb0>. Acesso em: 20 set. 2020

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Informe Social 2019**. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, [2019]. Disponível em: <https://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Informe%20>

Social%20_2020_%20VF.pdf. Acesso em: 27 jan.2020.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**: abordagens históricas. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KRAWCZYK, Nora. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. *In*: BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na formação da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 347-349.

LAMOSA, Rodrigo (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da COVID-19 de 2020**. [2020]. Disponível em: https://globaled.gse.harvard.edu/files/geii/files/um_roteiro_para_guiar_a_resposta_educacional_a_pandemia_da_covid-19_reimersschleicher_ceipe_30032020_1.pdf. Acesso em 14 nov. 2020.

SARTI, Flávia Medeiros. **O triângulo da formação docente**: seus jogadores e configurações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 323-338, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10286>.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SEMED. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório referente ao Acordo de Cooperação Técnica 03/2017**. Manaus, [2019].

SEMED. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório de acompanhamento e fiscalização Projeto: Aula Digital – PROFUTURO/2020**. Manaus, [2020].

SHIROMA Eneida Oto; EVANGELISTA Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 20 set. 2019.

Recebido em 21 de julho de 2022.
Aceito em 28 de novembro de 2022.